



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeção Escrita

“O primado da Lei é o eixo da sociedade de Macau e também o alicerce para garantia da justiça e igualdade.”<sup>1</sup>. No entanto, a confiança que a nossa sociedade deposita na aplicação local desse primado é baixa, nomeadamente, quanto ao nível dos conhecimentos jurídicos nos serviços públicos. É esta a noção que os residentes têm dos serviços públicos, e têm razão. Primeiro, porque são frequentes os casos de abuso de poder na execução da Lei, e segundo, porque são várias as situações de “desvio na aplicação da Lei” e de “vícios processuais” nos contratos de relevante interesse público, prejudicando assim gravemente o interesse público. Por exemplo, no contrato dos serviços de autocarros e no caso da TV Cabo registaram-se, respectivamente, “desvios na aplicação da lei” e “vícios processuais” por parte do Governo, que causaram grandes discussões na sociedade.

O Presidente do Tribunal de Última Instância da RAEM, Dr. Sam Hou Fai, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário, referiu que: “...nos últimos anos, gerou-se em Macau uma tendência de judicialização da Política, isto é, há pessoas que pretendem resolver questões puramente políticas pela via judicial, e há outras que a cada instante ameaçam interpor recurso aos tribunais ou recorrer à Justiça para exercer pressões ou influências sobre o Governo.”<sup>2</sup>. Assim sendo, o elevar dos conhecimentos jurídicos dos trabalhadores do Governo é uma tarefa de relevante importância.

---

<sup>1</sup> Discurso do Procurador da RAEM, Dr. Ho Chio Meng, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2012/2013.

<sup>2</sup> Discurso do Presidente do Tribunal de Última Instância da RAEM, Dr. Sam Hou Fai, na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2013/2014.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Têm-se registado, recentemente, muitos casos de desvios e divergências de interpretação por parte dos serviços públicos na aplicação das leis, causando graves prejuízos ao interesse público. O Governo deve adoptar mecanismos para assegurar que os serviços públicos citem correctamente as leis nos contratos de prestação de serviços de utilidade pública de relevante importância. Isso vai ser feito? Quando se trata de conflitos sobre a aplicação da lei que originam diferentes interpretações, quem é que decide sobre a interpretação que é correcta e sobre a respectiva aplicação?
2. Registaram-se recentemente os casos mais polémicos da história de Macau. O caso do novo contrato de concessão dos serviços de autocarros, que tal como refere o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), “é o caso mais grave de violação da lei e de lesão do interesse público com que o CCAC se deparou no desempenho das suas funções de fiscalização administrativa.”<sup>3</sup>, e ainda o caso de prevaricação envolvendo um dirigente do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), que tal como refere o Ministério Público, “durante os mais de dez anos que se seguiram ao estabelecimento do Governo da RAEM, nunca se viu tanta falta de colaboração por parte de um serviço público. Trata-se de uma situação muito grave em relação à qual não se podem criar precedentes.”<sup>4</sup>. O serviço público

<sup>3</sup> Relatório de investigação e análise do CCAC sobre uma queixa relacionada com a Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros.

<sup>4</sup> “Início do julgamento do caso de prevaricação – Procurador-Adjunto refere que: “nunca se viu tanta falta de colaboração por parte de um serviço público – Tam Va Man não está a proteger o seu superior hierárquico” – Jornal Macao Daily, pág. B01, do dia 6 de Dezembro de 2013.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

em causa afirmou que ia analisar o caso e proceder às devidas rectificações. Essas tarefas já tiveram início? Os referidos casos têm grandes implicações com o interesse público, assim sendo, quando é que os respectivos resultados vão ser divulgados, para esclarecimento do público?

3. Os assessores prestam apoio jurídico ao Governo na definição das suas políticas. E como as decisões finais competem aos dirigentes do Governo, estes devem possuir conhecimentos jurídicos suficientes, especialmente, no que respeita à legislação importante da área da sua tutela. O Governo deve organizar acções de formação na área jurídica e respectivas provas, destinadas ao pessoal de direcção e chefia. Isso vai ser feito? Que mecanismos vão ser adoptados para salvaguardar o apuramento e atribuição de responsabilidades quando se registarem casos como os acima referidos?

13 de Dezembro de 2013.

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,

Si Ka Lon